



ID: 46255228

20-02-2013

IMPOSTOS

Taxa sobre transacções financeiras pode render menos de 50 milhões ao Estado



Conferência em Lisboa | Euronext Lisbon promoveu debate sobre a nova taxa.

Bruno Simão

DITO



Fernando Faria de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Bancos.

Ficam de fora da TTF praças financeiras fundamentais, as aderentes ficam em desvantagem europeia e global.



Abel Sequeira Ferreira, da Associação de Empresas Emitentes de Valores Mobiliários.

Bolsa, bancos e empresas cotadas estão conformadas com a adopção da taxa. Mas alertam para os riscos de ela não ser introduzida em todos os países

EDGAR CAETANO
edgarcaetano@negocios.pt

O encaixe fiscal para o Tesouro português com a aplicação da taxa sobre as transacções financeiras, um dos objectivos da medida que deverá entrar em vigor no início do próximo ano, poderá ser muito menor do que o previsto pela Comissão Europeia. A redução de volumes fará com que o encaixe possa não ultrapassar os 43 milhões de euros anuais, conclui a consultora PwC, que participou terça-feira numa conferência organizada pela NYSE Euronext, em Lisboa.

O primeiro modelo da Comissão Europeia para a taxa sobre transacções financeiras (TTF) estimava que o impacto total ascenderia a 37 mil milhões de euros, nos 11 países que viriam a aderir. Em Portugal, num cenário em que não existe redução do volume negociado por força da taxa, o Estado encaixaria 225 milhões taxando os negócios de acções, obrigações e derivados. No entanto, os cálculos da PwC, à luz do modelo europeu e incorporando factores como o caso sueco (no início da década de 90) e o caso francês, que avançou já no Verão, sugerem que a receita poderá ficar aquém.

Mesmo no cenário mais optimista do exercício quanto à redução de volumes transaccionados, a PwC estima que a receita pode cair para 99 milhões de euros. Na maior redução

REDUÇÃO DO VOLUME FAZ BAIXAR O ENCAIXE FISCAL

SIMULAÇÃO DO IMPACTO DA REDUÇÃO DO VOLUME NEGOCIADO NA RECEITA DE IMPOSTOS

Instrumento	Sem redução de volume	Redução mínima	Redução máxima
Acções	83	49	29
Obrigações	46	11	5
Derivados	97	39	10
Total	225	99	43
Peso no PIB	0,14%	0,06%	0,03%

Unidade: Valores em milhões de euros, Fonte: PwC

O exercício da consultora PwC mostra que as receitas fiscais podem limitar-se a 43 milhões de euros anuais para Portugal, segundo um exercício que testa os dados da Comissão Europeia à luz das quebras verificadas em França e na Suécia. Na redução máxima testa-se o efeito de uma quebra de 15% no volume de acções, 40% em obrigações e de 90% em derivados.

de volume contemplada, esse valor cai para 43 milhões de euros.

O caso francês, visto como um "balão de ensaio" para o que pode suceder nos 11 países, está a deixar preocupados os responsáveis da bolsa portuguesa, a Associação Portuguesa de Bancos e a Associação de Empresas Emitentes, ambos representados na conferência da Euronext Lisbon. Em França deu-se uma quebra de 20% da negociação de acções sujeitas ao imposto lançado em Agosto de 2012. A receita fiscal está a ser 425 milhões de euros abaixo do previsto pelo Governo francês.

O exercício coloca em questão um dos três objectivos expressos pela Comissão Europeia, que em Setem-

bro anunciou a intenção de avançar com este imposto. Além da receita fiscal, pretende-se desincentivar a negociação de prazos curtos e diminuir a volatilidade dos mercados, prevenindo também a formação de crises futuras.

Na conferência organizada pela Euronext, estavam poucos defensores da taxa – entre os convidados e a audiência –, isto apesar de Luís Laginha de Sousa, presidente da Euronext Lisbon, garantir que foram enviados "atempadamente" convites a quem "defende a taxa, quer por convicção quer por uma decorrência das funções que ocupa". Ninguém aceitou o convite, nem mesmo membros do Governo, que colocou Portugal

entre os países que irão aplicar a taxa a 1 de Janeiro de 2014.

Benoît Lallemande, da associação independente Finance Watch, apresentou a visão mais divergente, dizendo que esta é uma questão que puxa às "emoções". Afirmou que John Maynard Keynes, além de "provavelmente ter um ataque cardíaco se visse a velocidade com que hoje se negocia nas bolsas", poderia ter razão quando disse que mercados menos líquidos podem incentivar investimentos mais longos, o que por si só poderia estabilizar o preço dos activos e reduzir os custos de financiamento das empresas.

Os outros oradores, mostrando-se conformados com a entrada em vigor da medida, temem os riscos que esta poderá trazer, sobretudo para Portugal. O desvio de negócios para outras plataformas e outros mercados é o principal receio. O presidente da APB, Faria de Oliveira, teme que a aplicação em 11 países da Zona Euro, "ficando de fora praças fundamentais como Londres, Luxemburgo e Holanda, faz com que os aderentes fiquem em desvantagem à escala europeia e global". Luís Correia da Silva, da consultora Oxera, reconhece que é difícil prever com exactidão os efeitos que a medida terá, mas alerta para a importância de se começar a aplicar o imposto tendo um plano de saída "fácil" se "correr mal", como aconteceu em outros países.

Este imposto tem sido apresentado com base num conjunto de preconceitos, falácias e equívocos.



Benoît Lallemande, analista sénior do instituto independente Finance Watch.

John Maynard Keynes teria um ataque cardíaco se visse a velocidade a que se compram e vendem activos financeiros hoje.